



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

DEMONSTRATIVO

Atividades da Mesa Diretora
2023/2024





DEMONSTRATIVO

**Atividades da Mesa Diretora
2023/2024**

EXPEDIENTE



MESA DIRETORA

Presidente

Evandro Leitão (PT)

1º Vice-Presidente

Fernando Santana (PT)

2º Vice-Presidente

Osmar Baquit (PDT)

1º Secretário

Danniel Oliveira (MDB)

2ª Secretária

Juliana Lucena (PT)

3º Secretário

João Jaime (Progressistas)

4º Secretário

Dr. Oscar Rodrigues (União)

EQUIPE SECRETARIA EXECUTIVA DA MESA DIRETORA

Organizadores

Hamilton Vieira Mota Junior

Lucas Camerino de Sá

Tainah Gonçalves de Carvalho Pimentel

Secretário Executivo da Mesa Diretora

Hamilton Vieira Mota Junior

Articulador da Secretaria Executiva da Mesa Diretora

Lucas Camerino de Sá

EQUIPE OPERACIONAL DA SECRETARIA EXECUTIVA DA MESA DIRETORA

Arthur Carvalho dos Santos

Germana Ferreira Gomes Meira

Jamila de Oliveira Lopes Sangalli

Juliana Silva Corrêa

Juliana Xavier Guimarães

Mateus Mendes Alves

Tainah Gonçalves de Carvalho Pimentel

Tainná Rodrigues de Almeida Colares

Valéria Rodrigues da Silva

Victor Abreu e Lima de Araújo

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenadora de Comunicação

Giselle Dutra

Publicidade

Ticiane Moraes

Projeto Gráfico

Alessandro Muratore e Alice Penaforte Muratore

Diagramação

Valdério Costa | Inesp

Revisão

Gustavo Vasconcelos







SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE

9 “REALIZAÇÕES E COMPROMISSO COM O FUTURO”

10 MESA DIRETORA

12 A SECRETARIA EXECUTIVA DA MESA DIRETORA

16 ATUAÇÃO DA MESA DIRETORA

16 ATUAÇÃO DA MESA DIRETORA NA SITUAÇÃO
DE EMERGÊNCIA DO INCÊNDIO NO PLENÁRIO 13
DE MAIO

19 DESTAQUES DA MESA DIRETORA BIÊNIO 2023-2024

20 CEARÁ SEM FOME E A ESTRUTURAÇÃO DAS
COZINHAS COMUNITÁRIAS

22 CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO SOCIAL E
COMBATE À FOME

24 SELO ESG

26 POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

28 CRIAÇÃO DA MEDALHA MARIA DA PENHA

30 REESTRUTURAÇÃO DA PROCURADORIA ESPECIAL
DA MULHER

32 ORGANIZAÇÃO DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

34 ENTREVISTA EVANDRO LEITÃO | PRESIDENTE DA ALECE

35 BIÊNIO FOCADO NA EFICIÊNCIA E NA PROXIMIDADE
COM O CIDADÃO

PALAVRA DO PRESIDENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ



DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA MESA DIRETORA 2023/2024



FOTO: JUNIOR PIO

“Realizações e Compromisso com o Futuro”

O biênio 2023-2024 da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) ficará marcado como um período de grandes realizações e aprofundamento de projetos que solidificam o compromisso do Parlamento cearense com o futuro. Tive a honra de presidir este órgão, que conduz os trabalhos legislativos e administrativos da Alece, num período no qual consolidamos avanços significativos em áreas essenciais para nossa sociedade, com destacados empenho e dedicação de parlamentares e colaboradores que contribuíram para tornar nossa Casa ainda mais eficiente e próxima do cidadão.

Iniciamos o período com a aprovação do Programa Ceará Sem Fome, uma iniciativa crucial para combater a insegurança alimentar em nosso estado. Aprovada em Plenário por unanimidade, a doação de equipamentos para cozinhas comunitárias pela Alece ampliou a capacidade de atendimento das unidades, garantindo dignidade a milhares de famílias cearenses. Este é um exemplo claro de como a união de esforços entre o Executivo e o Legislativo pode gerar transformações profundas.

Outro marco foi a ampliação da atuação da Procuradoria Especial da Mulher (PEM), que agora conta com 138 núcleos municipais, oferecendo suporte, acolhimento e orientação a mulheres vítimas de violência. No biênio anterior, já havíamos feito a reestruturação desse órgão da Alece, com o prédio dedicado a esse trabalho. Além disso, instituímos a Medalha Maria da Penha, um reconhecimento às pessoas e entidades que lutam incansavelmente pelos direitos das mulheres. Essa política é um reflexo do nosso compromisso com a equidade de gênero e a proteção dos mais vulneráveis.

No campo da sustentabilidade, lançamos a Política de Sustentabilidade e o inovador Selo Alece ESG de Gestão Pública. Essas ações reafirmam nossa preocupação com o meio ambiente e com a adoção de práticas responsáveis, alinhadas aos desafios globais. Assim, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará se posiciona como uma referência em governança sustentável.

Diante de adversidades, mostramos nossa resiliência. Após o incêndio que atingiu o Plenário 13 de Maio, adaptamos as sessões legislativas para o Auditório Deputado João Frederico Ferreira Gomes, sem qualquer interrupção nos trabalhos. Em novembro de 2024, reinauguramos esse que é o símbolo maior da Alece e da democracia no Ceará, por onde passam as principais decisões. Esta rápida resposta reafirma nosso compromisso com a continuidade e a qualidade das deliberações em benefício do povo cearense.

Também neste biênio, é importante destacar o nosso fortalecimento enquanto Parlamento Aberto e uma das Casas Legislativas mais transparentes do país. Além das Assembleias Itinerantes e do Vem Pra Alece – eventos que aproximaram os cidadãos do Parlamento – nossos veículos de comunicação passaram por uma atualização de linguagem e de imagem para melhor comunicar-se com a população. A modernização da Alece TV, Alece FM e Alece Mídias foram canceladas por esta Mesa Diretora.

Por fim, investimos na modernização dos sistemas legislativos, garantindo maior eficiência e transparência. Cada uma dessas ações simboliza nosso esforço coletivo para fortalecer o papel do Legislativo como um instrumento de transformação social. Seguimos firmes na missão de construir um Ceará mais justo, humano e próspero.

Deputado Estadual Evandro Sá Barreto Leitão
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



MESA DIRETORA



FOTO JÚNIOR PIO

A Secretaria Executiva da Mesa Diretora

A Mesa Diretora é o órgão responsável pela direção da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, com a atribuição de conduzir os trabalhos legislativos e os serviços administrativos da Casa.

A Secretaria Executiva da Mesa Diretora, órgão de natureza administrativa, tem como função acompanhar e secretariar todas as atividades da Mesa Diretora. Entre suas responsabilidades está o recebimento, encaminhamento e remessa aos órgãos competentes dos processos apreciados nas reuniões semanais da Mesa Diretora, que têm como objetivo deliberar sobre proposições e processos administrativos em tramitação na Alece.

Além disso, a Secretaria desempenha diversas funções, como comunicar a convocação de reunião da Mesa Diretora ou do Colégio de Líderes, elaborar a pauta de apreciação de processos e redigir as atas das reuniões. Compete também à Secretaria revisar e providenciar a publicação de resoluções, portarias, editais e outros atos decorrentes das decisões da Mesa Diretora.

A Secretaria é ainda responsável por assessorar as reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como elaborar minutas de expedientes, ofícios, memorandos e encaminhamentos relacionados aos assuntos deliberados. Ademais, cabe à Secretaria prestar informações sobre o andamento dos assuntos sob sua responsabilidade, garantindo o suporte necessário para a eficácia das atividades da Mesa Diretora.







FOTO: ARQUIVO



FOTO: ARQUIVO

Secretário Executivo da Mesa Diretora
Hamilton Vieira Mota Junior



FOTO: ARQUIVO

COGE

Em 2021, a Secretaria Executiva da Mesa Diretora foi inserida no Comitê de Gestão Estratégica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Coge), por meio da Resolução nº 719, de 20 de maio de 2021, cuja finalidade é implementar o modelo de governança da Alece para a sistematização de práticas relacionadas ao planejamento estratégico, à gestão de riscos, aos controles internos e à integridade da gestão.

Entre as principais atribuições do Coge, destacam-se a implementação de ações para garantir a transparência e o acesso à informação, além da supervisão do mapeamento e da avaliação dos riscos críticos que podem afetar a qualidade dos serviços de interesse público.

As reuniões do Coge acontecem uma vez por mês de forma ordinária, por convocação da Secretaria Executiva do Comitê, ou, extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seus membros, com antecedência mínima de três dias, ou até de imediato, caso seu coordenador considere a matéria urgente e inadiável.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Conforme o art. 17 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado Ceará, é atribuição da Mesa Diretora deliberar sobre processos administrativos e proposições legislativas. Nesse contexto, a Secretaria da Mesa Diretora recebe e tramita processos de natureza administrativa de servidores, parlamentares e ex-parlamentares, bem como proposições legislativas.

Assim, a Secretaria Executiva da Mesa Diretora desempenha um papel essencial no funcionamento da Assembleia Legislativa, assegurando, por meio de um trabalho ágil e eficaz, a fluidez das atividades tanto no âmbito administrativo quanto no legislativo.

PARTICIPAÇÃO DA MESA DIRETORA NO COMANDO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES

No início dos trabalhos do biênio 2023-2024, coube à Mesa Diretora oferecer parecer a todas as proposições em tramitação no início da sessão legislativa, conforme previsto no art. 17, XVI do Regimento Interno, enquanto não se instalaram as comissões técnicas permanentes.

Atuação da Mesa Diretora na situação de emergência do incêndio no Plenário 13 de Maio





Na manhã de 20 de junho de 2024, um incêndio de grandes proporções na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) atingiu o símbolo maior da democracia em nosso estado, o Plenário 13 de Maio. Enquanto os bombeiros trabalhavam incansavelmente para apagar as chamas e garantir a segurança de todos, o Legislativo já começava a planejar a reconstrução do local. Por meio do Ato nº 001/2024, da Mesa Diretora da Casa, medidas urgentes foram tomadas para que as atividades legislativas retornassem rapidamente.

Por conta do incidente, as sessões da Casa passaram a ocorrer de forma remota e, posteriormente, no Auditório Deputado João Frederico Ferreira Gomes, no prédio do Anexo II da Alece. Além das expectativas, o Plenário 13 de Maio foi reconstruído antes do prazo final e, quatro meses após o incêndio, no dia 6 de novembro, o espaço foi reentregue aos parlamentares e à população cearense, voltando a ser o palco principal dos debates que envolvem a sociedade cearense. A nova estrutura, moderna e segura, simboliza a resiliência e a capacidade de superação do povo do Ceará.

Na ocasião, a Mesa Diretora da Alece criou, com o Ato Deliberativo nº 982/2024, a Brigada de Incêndio do Legislativo Estadual, considerando uma medida fundamental para ampliar a proteção de todos os servidores, parlamentares e visitantes, bem como do patrimônio público. A formação da brigada representa um compromisso com a segurança e a prevenção, garantindo a presença de profissionais capacitados para agir prontamente em situações de risco; ela contará com 65 brigadistas e 15 suplentes em sua composição.

Dídio Lopes - Jornalista e Editor Adjunto da Revista Plenário Alece



Deputado Dannel Oliveira:

“Após esse incidente terrível, a Mesa Diretora se reuniu de forma muito rápida e traçamos todas as estratégias para devolver ao povo cearense o Plenário 13 de Maio o mais rápido possível. E assim o fizemos, sem que nenhum serviço da Alece fosse prejudicado um dia sequer. Hoje, podemos comemorar a entrega e o Plenário aberto para que a população cearense participe efetivamente das decisões do estado do Ceará”.

“Por meio de um ato da Mesa Diretora, capitaneada pelo nosso presidente Evandro Leitão, e com a oportunidade de, como primeiro-secretário, assinar esse documento, criamos a Brigada de Incêndio da Alece a fim de estarmos sempre preparados para que no caso de qualquer emergência que aconteça dentro da Casa, tenhamos uma resposta ágil para conter qualquer tipo de incidente. Com a força e coragem dos homens e mulheres que compõem o Corpo de Bombeiros, bem coordenados, capacitados e com a devida estrutura, vamos seguir cuidando bem da nossa Assembleia e garantir ainda mais a segurança de todos na Casa do Povo”.



Reunião da Mesa Diretora - Presidência



FOTO: JOSÉ LEOMAR

Destques da mesa diretora no biênio

A MESA DIRETORA É O ÓRGÃO QUE COMANDA TODAS AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (ALECE) E É RESPONSÁVEL POR ADOTAR MEDIDAS ADEQUADAS PARA PROMOVER E VALORIZAR O PODER LEGISLATIVO.

DURANTE O BIÊNIO 2023-2024, A MESA DIRETORA PARTICIPOU COM SERIEDADE E COMPROMISSO DE IMPORTANTES ATIVIDADES PARA A ALECE E PARA O ESTADO, SEMPRE PRIMANDO PELA EFICIÊNCIA DA GESTÃO. DIANTE DISTO, A SECRETARIA EXECUTIVA DA MESA DIRETORA VEM APRESENTAR ALGUMAS DAS ATIVIDADES QUE FORAM DESTAQUES DURANTE O BIÊNIO 2023-2024.

Ceará Sem Fome e a estruturação das Cozinhas Comunitárias



Entrega Cozinhas Solidárias Ceará Sem Fome

Entre as ações de combate à fome no Ceará desenvolvidas pela Alece está o apoio à estruturação das cozinhas comunitárias integrantes do Programa Ceará sem Fome, instituído pela Lei nº 18.312/2023.

O Ceará Sem Fome é um programa contínuo de enfrentamento à fome no estado, que envolve a colaboração de diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, e a participação ativa da sociedade civil. Sua principal meta é implementar ações e políticas públicas que garantam alimentação saudável para as populações mais vulneráveis do estado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aderiu à iniciativa e, em março de 2023, aprovou, de forma unânime, o projeto de autoria da Mesa Diretora da Casa, que resultou na Lei Estadual nº 18.336/2023. Essa lei permite que o Parlamento adquira e distribua insumos

alimentares e equipamentos para a criação de cozinhas comunitárias. O investimento do Parlamento cearense foi de aproximadamente R\$3 milhões, destinados à compra de cerca de 9.000 equipamentos, eletrodomésticos e utensílios de cozinha, assim como pela distribuição destes às cozinhas beneficiárias do Programa Ceará sem Fome.

As doações seguiram as determinações do Ato Normativo nº 334/2023, de autoria da Mesa Diretora, e da Resolução nº 001/2024, do Comitê Intersetorial de Governança do Programa Ceará Sem Fome. Mais de 340 cozinhas comunitárias foram beneficiadas nos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Iguatu.

Luiza de Marilac Martins e Silva - Secretária Executiva do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Alece



Festival Ceará Sem Fome - Centro de Eventos



Deputado Fernando Santana:

"Quero parabenizar o nosso governador Elmano, a primeira-dama, Lia, e a todos os envolvidos pelo compromisso e sensibilidade de olhar com cuidado as famílias em situação de vulnerabilidade social do nosso estado. Estou orgulhoso por nossa Casa Parlamentar participar, ativamente, dessa grandiosa iniciativa e reafirmo o meu compromisso como deputado de continuar apoiando ações como essas, que fortalecem a segurança alimentar em nosso estado".

Entrega Cozinhas Solidárias Ceará Sem Fome

Criação da Comissão de Proteção Social e Combate à Fome



Audiência Pública

A Comissão de Proteção Social e Combate à Fome foi criada em março de 2023, por meio da Resolução nº 754/2023, de autoria da Mesa Diretora, pouco depois do lançamento do Programa Ceará Sem Fome. Seu principal objetivo é unir os esforços da Alece e do Governo do Estado no combate à fome, reforçando a colaboração entre diferentes esferas de poder, a sociedade civil e outras organizações. Isso visa tornar as ações mais eficientes e ampliar o impacto das políticas de segurança alimentar no Ceará.

Várias são as atividades realizadas para alcançar os objetivos da Comissão. Além de se reunir e analisar projetos de lei, ela promove audiências públicas, que servem como espaços para ouvir a população, especialistas e ONGs. Nessas audiências, são discutidas estratégias para combater a fome e melhorar a segurança alimentar no estado.

Outro importante trabalho é a realização de visitas técnicas, feitas em comunidades vulneráveis, para entender melhor as condições de vida e avaliar os impactos das políticas públicas implementadas. Essas visitas ajudam a comissão a identificar o que está funcionando e onde é preciso melhorar.

A comissão também acompanha de perto o Programa Ceará Sem Fome, mantendo um canal constante de comunicação com as cozinhas comunitárias e outros movimentos atuantes na área de segurança alimentar. Com isso, busca-se garantir que as políticas públicas cheguem de forma eficaz às pessoas mais necessitadas.

Taciane Bezerra da Silva Soares - *Secretária da Comissão de Proteção Social e Combate à Fome*





FOTO-ARQUIVO

Roda de Conversa
em Baturité



FOTO-ARQUIVO

Audiência Pública



Deputado David Durand:

"Esse trabalho é essencial para enfrentar a fome, resgatando a dignidade de milhares de famílias em vulnerabilidade. As ações da Assembleia Legislativa junto com o Governo do Estado do Ceará são de importância crucial, pois garantem que as políticas públicas sejam eficazes e cheguem a quem mais precisa, promovendo justiça social e um futuro mais digno para o nosso povo."



Selo ESG



FOTO: MARCOS MOURA

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará lançou, em junho de 2024, o Selo Alece ESG na Gestão Pública, por meio da Resolução nº 766/2024, de autoria da Mesa Diretora. O Selo é uma iniciativa para multiplicar as boas práticas e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico sustentável do Ceará.

Com parceria da Alece, Governo do Estado e apoio da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), a certificação busca reconhecer iniciativas dos municípios cearenses e estimular as gestões municipais no desenvolvimento de ações sociais, ambientais e de governança, contemplando e difundindo o conceito ESG (environmental, social and governance).

Concedido bianualmente aos municípios que realizam ações de gestão pública alinhadas às boas práticas de responsabilidade socioambiental e de governança, o Selo Alece ESG tem três níveis: Ouro, Prata e Bronze. Nesta primeira edição, 41 municípios se inscreveram na certificação.



FOTO: MARCOS MOURA

O Selo pode ainda ser usado como uma ferramenta de planejamento dos municípios, uma vez que permite a avaliação das ações do presente e a construção das políticas públicas do futuro, colaborando com a credibilidade e com a atração de investimentos, por exemplo.

O Selo Alece ESG na Gestão Pública reflete ainda o alinhamento da Casa do Povo com a Agenda 2030 e a adesão aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, realidade que foi intensificada com a criação, em 2021, do Comitê de Responsabilidade Social da Alece.

Samaisa dos Anjos - Jornalista da Alece



Deputado Osmar Baquit:

“O Selo Alece ESG é uma iniciativa de extrema importância para a gestão pública, pois simboliza o compromisso com práticas que integram sustentabilidade, responsabilidade social e governança ética. A Resolução nº 766/2024 da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará reforça a necessidade de alinhar o serviço público aos valores que promovem o desenvolvimento sustentável, a inclusão e a transparência. Com este selo, damos um passo significativo para inspirar outras instituições e gestores a seguirem o mesmo caminho de responsabilidade e inovação na administração pública.”



Deputada Luana Régia:

“O Selo Alece ESG na Gestão Pública é uma iniciativa inovadora que reforça o compromisso da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental. Ao reconhecer e incentivar práticas alinhadas aos pilares ambientais, sociais e de governança, contribuimos diretamente para a melhoria da gestão pública nos municípios cearenses, fortalecendo políticas voltadas para o presente e para o futuro. Essa certificação é mais um passo importante para alinharmos nossas ações à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo um Ceará mais justo, sustentável e atraente para novos investimentos.”

Política de Sustentabilidade



FOTO:ARQUIVO

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará está promovendo um compromisso firme com a sustentabilidade com a criação de uma Política de Sustentabilidade, oficializada pelo Ato Normativo nº 348/2024, de autoria da Mesa Diretora. Essa política foi criada para estabelecer diretrizes e princípios que orientem a atuação sustentável da Casa, assegurando que práticas ecológicas façam parte do cotidiano institucional.

No centro dessa política, está o Plano de Logística Sustentável (PLS), um documento que estabelece metas e responsabilidades para promover um uso mais eficiente e responsável dos recursos. Esse plano é acompanhado de perto por uma comissão gestora, que conta com a participação de vários setores da Alece, como a Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (Codins), a Procuradoria, o Departamento de Administração e a Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. Essa comis-



FOTO:ARQUIVO

são é responsável por planejar, implementar e monitorar ações sustentáveis, além de incentivar campanhas educativas entre os servidores.

Os benefícios dessa política são amplos e já estão sendo percebidos em diversas áreas. A Alece tem promovido práticas de consumo consciente, priorizando a redução no uso de água e energia e adotando uma gestão mais eficiente de resíduos. Isso inclui iniciativas como a coleta seletiva, compostagem de resíduos orgânicos e parcerias com cooperativas para reciclagem, que não apenas reduzem a





FOTO: ARQUIVO

Adubo orgânico



FOTO: ARQUIVO

Pátio de Compostagem

pegada ecológica, mas também geram impacto social positivo ao apoiar associações de catadores.

Além disso, a sustentabilidade nas contratações é um ponto-chave, com a Alece buscando fornecedores que compartilhem os mesmos valores de responsabilidade ambiental. Isso não apenas melhora a eficiência dos processos internos, mas também contribui para uma economia mais verde.

Com essa política, a Alece reafirma seu compromisso com um futuro sustentável, alinhando suas práticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao integrar a sustentabilidade em suas operações, a Alece não apenas se torna um modelo de gestão pública eficiente, mas também inspira outras instituições a seguirem um caminho semelhante. É uma abordagem que vai além do discurso, transformando ações concretas em benefícios para o meio ambiente e para a sociedade.

Yuri Passos - Supervisor da Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental da Alece



FOTO: ARQUIVO



Deputado Dr. Oscar Rodrigues:

"A Alece está alinhada aos parâmetros contemporâneos com a preocupação ambiental, em que nossas práticas devem se pautar pela sustentabilidade. Não é de hoje que o Legislativo direciona suas ações nesse sentido. O combate ao desperdício é um dos pontos que eu reputo mais relevante. Embora rico em recursos, jamais podemos abusar. A política de reúso da água, por exemplo, é uma experiência que a Alece deve ampliar ainda mais."



Passeio no Rio Cocó com os Agentes ECOA

Criação da Medalha Maria da Penha

A criação da Medalha Maria da Penha pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará é um marco significativo para a luta contra a violência doméstica e para o empoderamento das mulheres. A medalha foi instituída com o objetivo de reconhecer e homenagear pessoas, entidades ou iniciativas que se destacam no combate à violência de gênero e na promoção dos direitos das mulheres, especialmente em relação à conscientização e prevenção da violência doméstica.

O nome da medalha faz referência a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher cearense que se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica após ser vítima de agressões por parte de seu marido, que a deixou paraplégica. Sua coragem e luta incansável levaram à criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), uma das legislações mais importantes no Brasil no enfrentamento da violência doméstica. A lei, sancionada em 2006, é considerada uma das mais avançadas do mundo nesse tema, e seu nome é, portanto, um símbolo de resistência e de luta por justiça.

A medalha, criada por meio da Resolução nº 761/2023, de autoria da Mesa Diretora, tem como intuito destacar e valorizar as ações de pessoas e instituições que contribuem para a implementação e fortalecimento da Lei Maria da Penha, além de incentivar a criação de políticas públicas que garantam a segurança, a autonomia e a dignidade das mulheres. O prêmio também serve para aumentar a visibilidade das questões relacionadas à violência doméstica e familiar, estimular o debate sobre igualdade de gênero e reforçar a importância da educação e da conscientização na mudança de comportamentos culturais.



Portanto, a criação da Medalha Maria da Penha é uma forma de reafirmar o compromisso do estado com a luta pelos direitos das mulheres e com o enfrentamento das diversas formas de violência que ainda afetam muitas delas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tainah Pimentel - Assistente Administrativo da Secretaria Executiva da Mesa Diretora



FOTO: JOSÉ LEOMAR

Maria da Penha



Deputada Juliana Lucena:

"A medalha não apenas reconhece os esforços de quem trabalha incansavelmente para proteger e empoderar as vítimas da violência, mas também reforça o compromisso público com a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecer figuras e instituições que combatem e lutam pela defesa das mulheres é também um ato de justiça e incentivo."

Reestruturação da Procuradoria Especial da Mulher

A Procuradoria Especial da Mulher (PEM) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará foi criada por meio de resolução em 2012, inicialmente, para zelar pela participação das deputadas nos órgãos e atividades da Alece, promover ações e desenvolver projetos voltados aos direitos das mulheres, à luta pela igualdade de gênero e ao combate a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres. Com o passar do tempo, a PEM passou a ampliar suas atividades, em parceria com as câmaras municipais, ativando procuradorias em mais de 110 municípios e trabalhando para chegar às 184 cidades cearenses.



“Interiorizar as ações da Procuradoria Especial da Mulher é uma das ações que eu considero mais importantes, porque, apesar de todos os avanços do Governo do Estado, ainda são poucos os equipamentos que existem voltados para o atendimento de mulheres vítimas de violência. E a PEM, se continuarmos nesse ritmo, chegará, muito em breve, aos 184 municípios do Ceará”, afirmou a procuradora especial da mulher, Deputada Lia Gomes.

Em 2024, a PEM passou por uma reestruturação, por meio da Resolução nº 765/2024, de autoria da Mesa Diretora, para fortalecimento do equipamento, maior eficiência na atuação do órgão e na qualidade das políticas públicas desenvolvidas, definindo seus objetivos, criando células especializadas e instituindo o Observatório da Mulher Cearense. Partindo dessa nova estrutura, com o objetivo de ampliar ações voltadas para o



envolvimento dos homens no debate e no agir para o fim da violência contra a mulher, a PEM passou a contar com um psicólogo no equipamento, que faz um trabalho similar ao proposto pela Lei Maria da Penha, que é o diálogo com os homens para romper a cultura machista.

A PEM possui equipe multidisciplinar composta por psicólogas, assistente social e advogadas, que acompanham os casos das assistidas, todas com treinamento especializado e voltado para o atendimento humanizado das mulheres que procuram o órgão. Também é ofertado um canal de comunicação chamado Zap Delas, destinado ao atendimento de mulheres em situação de violência no Ceará. A ferramenta, oferecida por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, está disponível pelo número (85) 99814.0754, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Erica Nayane Oliveira Praciano - Coordenadora da Procuradoria Especial da Mulher da Alece





Visita da Deputada Dayse Amarílio do Distrito Federal na Procuradoria Especial da Mulher



Palestra sobre os Direitos das Mulheres na Semana Diana Pitaguary na Escola Indígena Itá-Ara



Deputada Emília Pessoa:

“Por desenvolver um conjunto de políticas públicas no combate à violência feminina, a Procuradoria Especial da Mulher da Alece, sendo um dos mais importantes instrumentos de cooperação social, repercute muito mais além do que as práticas de proteção. Ela age acima do acompanhamento, na elucidação dos casos e redução dos números alarmantes, mas também contextualiza a promoção de uma cultura na qual a mulher possa, de fato, se reconstruir consigo mesma, na família e na sociedade.

Como Procuradora Adjunta e, acima de tudo, cidadã, sinto-me muito honrada em perceber essa transformação aqui na PEM. Mesmo sabendo que precisamos de muito mais para avançarmos, esse espaço já demonstra, na

sua essência, o caminho para a requalificação dessas mulheres no seu espaço de decisão, o encorajamento a outras mulheres, a recondução no mercado de trabalho e, especialmente, na capacidade extraordinária de fortalecer os valores incontestáveis do respeito e da paz.

Não será apenas o poder público para a materialização daquilo que queremos alcançar, isso depende de todos, inclusive, de nós mulheres, dos homens e das leis.

No entanto, será, sim, sempre através das mais relevantes iniciativas públicas, como essa da Alece, de instalar procuradorias e seus serviços inclusivos em todos os municípios cearenses.

Enfim, que todo o Brasil copie essa iniciativa.”

Organização das Sessões Legislativas

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

32

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DA MESA DIRETORA 2023/2024



FOTO: JOSÉ LEOMAR

Abertura da Sessão - Plenário

“A política é a ciência da liberdade.”

– Pierre-Joseph Proudhon

No Parlamento Cearense, a Tribuna do Plenário 13 de Maio pulsa com vida, um espaço onde os parlamentares articulam suas posições sobre questões e temas relevantes ao Ceará e ao Brasil. As sessões plenárias são divididas nas seguintes fases: Primeiro Expediente; Pela Ordem; Segundo Expediente; Tempo de Liderança e Explicação Pessoal. Cada uma dessas fases oferece a oportunidade para os parlamentares expressarem suas posições políticas abordando diversos assuntos.

A inscrição para participação no Primeiro e Segundo Expedientes é regida pelo § 6.º do art. 171 c/c o § 2.º do art. 180 do Regimento Interno, que estipula a possibilidade de inscrição dos parlamentares duas vezes por semana, em dias alternados. Reconhecendo a necessidade de um sistema mais organizado, o setor de informática da Casa implementou um procedimento de inscrição eletrônica por meio do sistema de requerimentos. Esse procedimento começa às 7h e adota um sistema de inscrição reversa para o Primeiro Expediente, conforme estabelecido no § 5.º do art. 1.º no Ato Normativo nº 325/2023.

Com o intuito de oferecer maior transparência aos parlamentares durante o pedido de verificação de presença e nas votações nominais, a Mesa Diretora editou o Ato Normativo nº 324/2023, estabelecendo que os parlamentares devem abrir o seu áudio e vídeo, ficando a sessão suspensa durante o prazo de 10 minutos.

Essas medidas visam aperfeiçoar a dinâmica das sessões plenárias, assegurando aos parlamentares a ampla manifestação do pensamento, o que mostra o compromisso da Mesa Diretora em transmitir mais eficiência, transparência e segurança ao colegiado do Poder Legislativo.

Carlos Alberto Aragão de Oliveira - Diretor do Departamento Legislativo da Alece



Deputado João Jaime:

“O Poder Legislativo tem como função principal a elaboração de leis, além de desempenhar outras atribuições constitucionais, como a representação pública dos interesses dos cidadãos, o debate dessas reivindicações de forma a conciliar as demandas com o interesse coletivo, e a fiscalização dos atos do Poder Executivo. O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Evandro Leitão, juntamente com os demais deputados, tem o compromisso de aprimorar os procedimentos da Casa, buscando maior agilidade e eficiência em suas atividades. Com os Atos Normativos nº 324 e nº 325, demonstramos aos cearenses nossa preocupação em melhorar o trabalho legislativo com mais transparência e celeridade.”



EVANDRO LEITÃO |
PRESIDENTE DA ALECE

Biênio focado na eficiência e na proximidade com o cidadão

A Mesa Diretora de 2023-2024 participou ativamente da recuperação do Plenário 13 de Maio após o incêndio do dia 20 de junho. Que avaliação é feita desse momento?

EVANDRO LEITÃO - O primeiro momento foi de preocupação com os colaboradores, mas, graças a Deus, não houve vítimas fatais. Logo depois, senti uma profunda tristeza, pois o fogo atingiu o coração da Alece, que é o Plenário 13 de Maio. Após o trabalho louvável dos bombeiros, que rapidamente agiram e debelaram as chamas, fizemos uma reunião da Mesa Diretora para deliberar sobre como faríamos as adaptações necessárias para manter o funcionamento de todos os serviços, incluindo as atividades legislativas, sem prejuízos para os cidadãos. As sessões passaram a acontecer excepcionalmente no Auditório Deputado João Frederico Ferreira Gomes, no Anexo II, dando segmento às discussões e votações de matérias importantes para a população. Fiquei muito comovido com a união dos deputados e servidores da Mesa Diretora no objetivo comum de dar uma resposta eficiente e rápida ao povo cearense, mostrando a força do nosso Parlamento na recuperação do Plenário, que durou menos de cinco meses. Então, a reinauguração do Plenário 13 de Maio foi um momento de muita emoção e de sentimento de dever cumprido, por estar entregando de volta o símbolo da democracia cearense ao povo.

Quais foram as principais medidas em benefício dos cidadãos neste período de dois anos?

EL - Neste biênio, a Mesa Diretora da Alece tornou possíveis iniciativas que trazem benefícios para o estado em muitos eixos, como o social, no qual tivemos a aprovação do Programa Ceará Sem Fome e a doação de equipamentos e utensílios para cozinhas comunitárias da Região Metropolitana de Fortaleza. Destaco, também, a atuação pelos direitos das mulheres com a reestruturação da Procuradoria Especial da Mulher, chegando a 138 núcleos municipais, e a criação da Medalha Maria da Penha, reconhecendo pessoas e entidades engajadas nessa temática. Ainda fizemos avanços na governança social e ambiental, com a criação da Política de Sustentabilidade e o lançamento do Selo Alece ESG de Gestão Pública. Por fim, ressaltar os trabalhos técnicos para o aprimoramento e a modernização dos sistemas das sessões legislativas e o conjunto de iniciativas que tornaram a Casa mais acessível e próxima dos cidadãos e a modernização dos nossos veículos de Comunicação, culminando na realização do Vem Pra Alece.



Reinauguração do Plenário 13 de Maio

O que o lançamento do Selo Alece ESG agrega ao Parlamento cearense?

EL- A Alece foi pioneira ao alinhar a gestão aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, adotando uma governança marcada por uma forte atuação social e ambiental, em consonância com os princípios do conceito ESG. Isso representa um ganho na imagem institucional, quando o Parlamento cearense passa a ser visto como um órgão de gestão moderna e responsável. Ao longo de três anos, implementamos projetos e ações concretas, além de capacitar gestores e técnicos nesse modelo moderno de administração. Em junho de 2024, com a criação do , ampliamos nosso alcance e nos consolidamos como uma instituição pública que, além de incorporar o ESG em sua prática, também reconhece e certifica iniciativas que incentivam os municípios cearenses e seus gestores a desenvolverem programas de responsabilidade socioambiental. Estamos mostrando para a sociedade que a Alece tem olhar atento e sensível para garantir um futuro sustentável às próximas gerações.

Como o evento Vem Pra Alece, lançado em 2023, reforça a imagem do Parlamento Aberto?

EL - Depois de realizar as Assembleias Itinerantes, aproximando a Alece das regiões cearenses, percebemos a necessidade de trazer para Fortaleza uma iniciativa semelhante, com visita ao Plenário 13 de Maio e ao Memorial Deputado Pontes Neto, que conta a história do Parlamento cearense, além de ofertar aos visitantes nossos serviços gratuitos, proporcionando para as famílias da capital um domingo com emissão de documentos, atendimentos em saúde, aulas para o Enem, música, gastronomia, atividades esportivas e artesanato. Assim surgiu o Vem pra Alece, que foi a coroação do movimento do Parlamento Aberto no Legislativo cearense, reunindo mais de cinco mil pessoas em cada uma das edições. Tudo transmitido ao vivo pelos nossos veículos de comunicação. Na última edição, lançamos a nova marca da TV e da Rádio, que passaram a ser Alece TV e Alece FM, além do Alece Mídias. Mais uma forma de aproximar os cidadãos do Parlamento com a linguagem simples, sem perder a qualidade e a credibilidade.



Vem pra ALECE - Presidente Evandro Leitão



Reinauguração do
Plenário 13 de Maio

Qual o principal legado que fica deste biênio 2023-2024 na Alece?

EL – Nosso principal legado é a eficácia na gestão. Buscamos passar a percepção para a sociedade de que a Alece é uma Casa atuante na defesa da democracia e na garantia dos direitos dos cidadãos, que tem força e resiliência para superar as adversidades, como na recuperação rápida após o incêndio do Plenário 13 de Maio, e que também planeja e desenvolve ações para se modernizar, seja com iniciativas para fortalecer a aproximação com a população, seja com uma governança focada na responsabilidade socioambiental. Ao fortalecermos a imagem da Assembleia Legislativa, estamos solidificando nossa democracia e mostrando aos cidadãos que eles têm uma Casa onde seus representantes estão cumprindo a missão de discutir e aprovar com transparência as políticas que melhoram suas vidas.



Conexão Assembleia
Pres. Evandro Leitão



Em 2024, a Mesa Diretora da Alece autorizou a criação de uma marca unificada para a TV, Rádio, Revista e Redes Sociais, acompanhando as disposições previstas no planejamento ALECE 2030. A mudança acompanha a nova identidade visual e de logomarca da Assembleia Legislativa, aprovada em 2023, as quais enfatizam a sigla da Casa Legislativa, como meio de simplificar as citações e de aproximar o Poder Legislativo da população.





ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ

O parlamento conectado com você.



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ